Clipping n º 646

, 01 Setembro 2010 - 14:35:59

AlphaGraphics Jardins torna-se livraria sob demanda

A AlphaGraphics Jardins, localizada na Alameda Santos, 815, em S ão Paulo, é a nova unidade da rede a fazer parte do agBook (www.agbook.com.br). Segundo a empresa, ela é primeira rede f ísica de livros sob demanda do mundo. Com isso, os moradores dos Jardins e regi ão poder ão retirar os pedidos do agBook na pr ópria loja, sem precisar pagar pelo frete de entrega. Ap ós o processamento do pagamento, o livro fica pronto em tr ês dias úteis, em m édia. A loja se une às tamb ém homologadas unidades Faria Lima, Bela Vista, Berrini, CENU, Pinheiros e Vila OI ímpia, em S ão Paulo, Ribeir ão Preto, no interior paulista, e Guanabara, no Rio. *Publish*

Abre divulga lista de vencedores de pr êmio de embalagem

A Associa ç ão Brasileira de Embalagem (Abre) divulga os vencedores da 10 ª Edi ç ão do Pr êmio Abre da Embalagem Brasileira. No ano em que comemora dez anos, o concurso ganhou uma nova denomina ç ão que reflete o escopo de atua ç ão da premia ç ão e seu papel: ser o porta-voz da entidade que representa nacional e internacionalmente a cadeia produtiva de embalagem. As embalagens vencedoras s ão expostas nas principais feiras mundiais do setor como a Pack Expo e a Package Design e podem concorrer ao WorldStar, o mais importante pr êmio internacional da categoria. A lista completa dos vencedores pode ser conferida no link: http://www.abre.org.br/premio_abre/vencedores_2010/vencedores.htm *Publish*

Impressora Printmaster GTO da Heidelberg é absoluta em vendas no Brasil

Em um mercado com grande demanda para pequenos formatos, a Heidelberg fechou a venda de 40 castelos de impress ão da Printmaster GTO 52 apenas nos meses de abril e maio deste ano, confirmando o sucesso desse modelo para gr áficas promocionais de pequeno e m édio porte. A Printmaster GTO 52 oferece muitas vantagens para esse mercado, com inova ç ões que facilitam o manuseio e aumentam a produtividade e flexibilidade do equipamento. A m áquina tem alta versatilidade e resist ência, excelente qualidade de registro e cores e um alimentador que aceita v ários tipos de pap éis e formatos, at é 36X52cm.Em janeiro de 2009, a Gr áfica Sat élite alugou uma impressora GTO seminova quatro cores e mudou para o segmento promocional. Segundo Alessandra Moraes Limonge, diretora comercial da gr áfica a Sat élite manteve um namoro de um ano com a Heidelberg. Nesse per íodo, realizou pesquisas no mercado, consultou outros gr áficos parceiros e decidiu investir na compra de uma impressora Heidelberg Printmaster GTO 52 quatro cores com Classic Center, baseada no relacionamento com a empresa e na credibilidade da marca. Fonte: Abigraf

Gr áficos fecham pauta da campanha salarial em assembleia na sexta (3)

O Sindicato dos Gr áficos de Barueri, Osasco e Regi ão (Sindigr áficos) realizar á, na pr óxima quarta-feira (1º), assembleia geral para ajustar os últimos itens que ir ão compor a pauta de reivindica ç ões que ser á apresentada ao setor patronal na campanha salarial deste ano. Os gr áficos tamb ém deliberar ão sobre as estrat égias de luta econ ômica, conquistas sociais, valoriza ç ão do trabalhador e combate a pr áticas ilegais nas empresas. Unificada, a campanha abrange os 18 Sindicatos filiados à

Federa ç ão dos Gr áficos do Estado de S ão Paulo, que representa cerca de 700 mil trabalhadores. Com a estimativa de crescimento do PIB acima dos 7%, lutaremos por um aumento expressivo dos sal ários. O Brasil n ão pode crescer e deixar os trabalhadores para tr ás , afirma Joaquim de Oliveira, presidente do Sindigr áficos. A data base da categoria é em 1 º de novembro.

Pauta - Com o tema Valoriza ç ão profissional, trabalho decente e qualidade de vida, sen ão a chapa vai esquentar , a pauta de reivindica ç ões tem como itens principais aumento real; redu ç ão da jornada para 40 horas semanais, sem redu ç ão de sal ários; capacita ç ão profissional; isonomia salarial; luta contra a discrimina ç ão e direitos das mulheres. www.sindigraficos.com.br

Metade dos trabalhadores com CTPS s ão das micro e pequenas empresas

As micro e pequenas empresas correspondem a mais de 99% dos 5,8 milh ões de neg ócios formais existentes no Brasil e empregam 52,3% dos 24,9 milh ões de trabalhadores com carteira assinada. Isso corresponde a 13,1 milh ões de empregados destes, 8,5 milh ões, ou 64,9%, vivem no interior do Pa ís.

Os dados constam da terceira edi ç ão do Anu ário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa, lan çado, nesta ter ça-feira (31), pelo Servi ço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A edi ç ão apresenta n úmeros de 2008 e 2009.

"As micro e pequenas empresas s ão respons áveis por um volume expressivo dos empregos e tamb ém por um volume e massa de rendimentos bastante relevantes", avalia o diretor t écnico do Departamento Intersindical de Estat ística e Estudos Socioecon ômicos (Dieese), Clemente Ganz, durante a apresenta ç ão do anu ário.

"Nossas empresas continuam empregando boa parte das pessoas formalizadas e, al ém disso, est ão aumentando os sal ários. Isso é uma tend ência que vem se mantendo desde 2002", acrescentou o presidente do Sebrae, Paulo Okamotto.

Emprego por regi ão

De acordo com o anu ário, mais da metade dos 8,5 milh ões de empregos est ão localizados no interior da Regi ão Sudeste, enquanto o interior da Regi ão Sul registra 2,2 milh ões de empregos, e o Nordeste, 967,7 mil. No Centro-Oeste, s ão 449,3 mil, e na Regi ão Norte, 246,5 mil empregos situados no interior dos estados.De 2000 a 2008, o n úmero de micro e pequenas empresas aumentou de 4,1 milh ões para 5,7 milh ões - um crescimento de 40%. No per íodo, foi ampliado em 4,5 milh ões o n úmero de empregados com carteira assinada, que estava em 8,6 milh ões e passou para 13,1 milh ões.

Os homens continuam sendo maioria entre os trabalhadores das micro e pequenas empresas. Em 2008, foram 3,7 milh ões na microempresa e 4,5 milh ões na pequena empresa. No entanto, essas empresas ampliaram a contrata ç ão de mulheres entre 2000 e 2008, passando de 1,5 milh ão para mais de 2,3 milh ões nas microempresas e de 1,3 para 2,3 milh ões nas pequenas empresas.

Participa ç ão feminina

Segundo o Sebrae, o aumento da contrata ç ão da m ão de obra feminina é registrado principalmente nos setores do com ércio e de servi ços, seguido pela ind ústria.

As unidades federativas que mais empregaram mulheres foram o Distrito Federal e as regi ões metropolitanas de Salvador (BA), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS). J á as regi ões metropolitanas de S ão Paulo e Recife foram as que apresentaram a menor participa ç ão feminina no mercado de trabalho dos micro e pequenos empreendimentos.

Instru ç ão

Outra mudan ça apontada pelo anu ário est á relacionada à escolaridade, com as micro e pequenas empresas passando a

contratar trabalhadores com grau de ensino mais elevado entre 2000 e 2008. Os trabalhadores com o ensino m édio completo passaram de 21,4% para 41,7%. As contrata ç ões de empregados com o terceiro grau completo apresentaram uma leve subida, passando de 3,4% para 4,7%.

Base de dados

O anu ário tem como base de dados diversos órg ãos p úblicos, entre eles a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, a Rela ç ão Anual de Informa ç ões Sociais (Rais) do Minist ério do Trabalho e Emprego e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domic ílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estat ística (IBGE).

O Sebrae tamb ém lan çou, nesta ter ça-feira (31), o MPE Data, um site que atualizar á constantemente informa ç ões sobre micro e pequenas empresas, bem como sobre o trabalhador brasileiro. A nova ferramenta pretende agregar em um único ambiente dados que ajudem a entender a realidade dos neg ócios no pa ís e, dessa forma, facilitar o trabalho de profissionais e estudiosos interessados em desenvolver pol íticas p úblicas. (Fonte: Ag ência Brasil)

Governo prop õe m ínimo de R\$ 538 para 2011

O sal ário m ínimo (R\$ 510, hoje) previsto para o ano que vem n ão ter á aumento acima da infla ç ão e ser á de R\$ 538,15, de acordo com o Or çamento enviado ontem pelo Minist ério do Planejamento ao Congresso Nacional. O ganho, de R\$ 28,15, considera apenas a infla ç ão deste ano, estimada em 5,52%. O governo Lula, durante oito anos, deu aumento acima da infla ç ão para o m ínimo.

As aposentadorias do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) com valor acima do m ínimo tamb ém ter ão, em 2011, reajuste igual à infla ç ão. Pela proje ç ão do governo, o teto ir á de R\$ 3.467,40 para R\$ 3.658,80 em janeiro.

A proposta poder á ser alterada no Congresso, que tem at é o dia 22 de dezembro para aprov á-la. Se o projeto for aprovado pelo Congresso, ele ter á de ser sancionado pelo presidente Lula.

Para definir esse valor, o governo se baseou no acordo fechado com as centrais sindicais em 2006, que determina que o reajuste do m ínimo ser á equivalente à infla ç ão do per íodo mais o índice de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. O problema é que o crescimento do PIB de 2009 foi negativo (em 0,2%). Fonte: Agora SP

Acordo coletivo tem for ça de lei para ampliar jornada de trabalho

O mesmo dispositivo constitucional que estabelece jornada de seis horas de trabalho para turno de revezamento permite que a jornada seja elastecida, por meio de negocia ç ão coletiva. Foi esse o entendimento da Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho para reformar decis ão regional que condenou a Concession ária Ecovias dos Imigrantes S. A., ao pagamento de horas extraordin árias a um empregado que reclamou ter trabalhado al ém do hor ário.

O empregado era operador de tr áfego na Rodovia dos Imigrantes e trabalhava na fun ç ão de socorro eletromec ânico. O julgamento do primeiro grau lhe negou o pedido das horas extras, reconhecendo a validade da norma coletiva, mas o Tribunal Regional da 2 ª Regi ão (SP), avaliando que o acordo lhe era prejudicial, reformou a senten ça e condenou a empresa ao pagamento da 7 ª e 8 ª horas trabalhadas por ele como extraordin árias.

A empresa recorreu, alegando que a referida jornada estava legalmente amparada por negocia ç ão coletiva, referente ao per íodo de 1999/2001. Ao examinar o recurso de revista, a relatora na Quarta Turma, ministra Maria de Assis Calsing, manifestou que o acordo coletivo celebrado entre as partes tem for ça de lei e deve ser respeitado, esclarecendo que o artigo 7 º, XIV, da Constitui ç ão de 1988, estabelece a referida jornada em seis horas, mas permite que a empresa fixe jornada superior, mediante negocia ç ão coletiva .

A relatora informou ainda que a jurisprud ência sumulada do TST (S úmula n º 423) destaca a possibilidade de majora ç ão da jornada de seis horas para at é oito horas, prestadas em regime de turnos ininterruptos de revezamento, afastando do direito a percep ç ão de pagamento da 7 ª e 8 ª horas como extraordin árias . Citou diversos precedentes e retirou a condena ç ão da empresa. Seu voto foi aprovado por unanimidade. (RR-19100-17.2002.5.02.0251) Fonte: TST

Laudo ambiental n ão exclui empregador do pagamento de adicional de insalubridade

N ão conformado em efetuar o pagamento de adicional de insalubridade em grau m édio a uma empregada, o Munic ípio de Penha (SC) interp ôs recurso de revista para obter a reforma da senten ça inicial que o condenara.

Dentre seus argumentos, o Munic ípio ateve-se ao laudo ambiental, produzido por empresa que ele mesmo contratou, cuja conclus ão caracterizava a atividade desempenhada pela empregada como atividade salubre, e n ão periculosa. Dada a conclus ão do laudo ambiental, n ão havia necessidade de pagamento de adicional, entendeu o empregador.

A funcion ária foi admitida como servente/merendeira. Na condi ç ão de merendeira, trabalhava no preparo de refei ç ões numa creche; cuidava tamb ém da limpeza do material utilizado e das instala ç ões da cozinha. Segundo destacou o Tribunal Regional do Trabalho da 12. ª Regi ão (SC), as atividades desempenhadas eram insalubres, em grau m édio, por manuseio de álcalis c áusticos sem a prote ç ão necess ária (...), conforme atestado em prova pericial.

Na Terceira Turma, sob o entendimento da relatora, ministra Rosa Maria Weber, o munic ípio n ão conseguiu demonstrar a alegada ofensa ao art. 190 da CLT, visto que o colegiado de origem n ão se manifestou quanto à classifica ç ão da atividade da empregada na rela ç ão oficial elaborada pelo Minist ério do Trabalho nem a tanto foi provocado com interposi ç ão de embargos declarat órios, sendo, portanto, invi ável a an álise do recurso com tal enfoque.

Desse modo, com ressalvas de entendimento do ministro Hor ácio de Senna Pires, a Terceira Turma n ão conheceu do recurso de revista do Munic ípio de Penha. (RR-347800-46-2008.5.12.0022) Fonte: TST

Jorge Caetano Fermino